

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Empreendedorismo e Inovação

**INOVAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DAS
INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS DE SANTA CATARINA**

034.322.410-03

Florianópolis

2022

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório apresenta a contextualização do tema, a delimitação do problema, os objetivos e a justificativa do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O contexto atual, marcado por rápidas mudanças sociais e econômicas, faz com que organizações públicas, privadas e do terceiro setor precisem se adaptar constantemente, visando o fornecimento de bens e serviços, que podem ser essenciais para determinados públicos. Nesse sentido, a inovação passa a ser um objetivo organizacional, orientando a busca por novas tecnologias, novos serviços e novos processos de produção. Esse é o caso do setor de microfinanças, que de acordo com Morduch (1999), nasceu nas décadas de 70 e 80, a partir de diferentes inovações: novas estruturas de gestão, novas metodologias de avaliação, novos contratos e, principalmente, novas atitudes em relação ao que era prática no sistema financeiro tradicional.

Reinventando as regras do jogo econômico (YUNUS et al., 2010), as microfinanças mostraram mundialmente que, por meio de um desenho adequado de contratos e de um sistema de incentivos, os setores com menos recursos não necessariamente representam um alto risco, bem como a população de baixa renda possui um grande potencial e uma forte capacidade de pagamento. Entre as técnicas inovadoras empregadas em experiências de microfinanças, registra-se o uso de garantias alternativas, de empréstimos baseados em caráter, crédito concedido em grupo e para mulheres.

Mais recentemente, Mia (2020) registra nesse setor, as discussões sobre a utilização novas tecnologias, como a implementação de *mobile banking*, atendimentos remotos, *chatbot* e *softwares* que simplifiquem as transações financeiras realizadas *online*. Assim, apesar de ter desenvolvido as suas principais características inovadoras no passado, a indústria das microfinanças ainda apresenta elevadas taxas crescimento, dando sinais de um setor inovador em ascensão (MERSLAND; STRTRØM, 2012).

Diante do contexto apresentado, este estudo possui a seguinte pergunta de pesquisa: **Como ocorre o processo de inovação no setor microfinanceiro?** Para responder tal questionamento, foram selecionadas cinco organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) de microfinanças do estado de Santa Catarina, que terão as suas práticas e experiências inovadoras analisadas. Trata-se de um estudo multicase, que será operacionalizado com

pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas. Para o alcance dos resultados, os dados coletados serão analisados a partir da técnica de análise por categorização, seguindo o modelo proposto por Bardin (2011).

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Nesta seção serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo, tendo em vista a pergunta de pesquisa apresentada anteriormente.

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender como ocorre a inovação no setor microfinanceiro a partir das práticas e experiências inovadoras desenvolvidas por instituições de microfinanças de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Levantar as principais práticas inovadoras desenvolvidas no setor de microfinanças no Brasil e no mundo.
- b) Analisar as práticas encontradas quanto ao tipo, fatores condutores e barreiras.
- c) Comparar as práticas inovadoras mapeadas com as práticas implementadas nas instituições de microfinanças de Santa Catarina.
- d) Identificar as controvérsias, os limites e os alcances da inovação no setor de microfinanças.
- e) Desenvolver um guia de práticas inovadoras para o setor de microfinanças.

1.3 JUSTIFICATIVA

Apesar dos estudos que tratam sobre a inovação no setor de microfinanças (KONO; TAKAHASHI, 2010; MOHAN; POTNIS, 2010; DASH, 2012; MERSLAND; STRØM, 2012; DARY; ISSAHAKU, 2013; MIA, 2020) não ser recentes e apresentarem-se bastante desenvolvidos em alguns países, o mesmo ainda não pode ser verificado no Brasil, onde há uma lacuna desses estudos. O que se percebe nos estudos sobre o setor de microfinanças brasileiro, é que esses se concentram na análise de casos específicos, investigando principalmente o impacto do microcrédito sobre a redução da pobreza (BARONE, 2008; TEIXEIRA et al., 2008; REYMÃO, 2010; ALMEIDA; SANTANA, 2011; SOUZA, 2011).

Além disso, outro aspecto importante são as metodologias utilizadas para o desenvolvimento das pesquisas sobre inovação, que costumam privilegiar uma abordagem quantitativa (WOLFE, 1994). Essa tradição metodológica, também foi apontada por Salazar e Holbrook (2003), que observaram a dificuldade que os pesquisadores possuem de capturar, em função de problemas metodológicos e conceituais, nuances relacionadas à inovação em serviços, ao setor público, aos sucessos e insucessos, aos níveis gerenciais e operacionais, entre outras questões (LOPES; BARBOSA, 2008).

Assim, visando observar melhor as contribuições do trabalho para o campo teórico, foi realizada uma revisão sistemática de literatura, sendo utilizadas as bases de dados científicas EBSCO, *Web of Science* e *Scopus*. A escolha por essas bases se deu principalmente por sua relevância na produção científica nacional e internacional de administração, enquanto os termos utilizadas para a busca, foram “*microfinance OR microcredit*” e “*innovation*”. Definiu-se o horizonte temporal de busca entre 01/01/2017 e 01/01/2022, além de assinalar a necessidade de serem artigos publicados e nos idiomas inglês, espanhol ou português. Os resultados dessa quantificação da produção acadêmica, confirmaram um número pouco expressivo de estudos, que foram ainda menores após a exclusão dos repetidos e da leitura de seus resumos, totalizando 12 artigos pertinentes a temática.

No campo social, dados de opinião pública demonstram a relevância que o microcrédito conquistou nos últimos anos, e especial, a partir de março de 2020, diante do contexto da Pandemia da COVID-19. Em 2019, cerca de 18% dos empresários brasileiros tentaram obter um crédito, visando principalmente a sua utilização enquanto capital de giro, sendo que em 2020, esse percentual foi de aproximadamente 38% (SEBRAE, 2020). Nesse sentido, constata-se que durante o ano de 2021, foram realizadas cerca de 164 mil operações de microcrédito no Brasil, atendendo aproximadamente 137 mil clientes ativos, com destaque para a região sul do país, que é considerada a líder no número de operações realizadas e no valor total de crédito concedido (ABCRED, 2022). Desde o início desse arranjo no país, já foram realizadas mais de um milhão de operações de microcrédito na região sul, totalizando o montante de R\$ 3,6 bilhões cedidos para cerca de 82 mil clientes ativos (AMCRED, 2022).

O presente trabalho também é motivado pelos achados da dissertação de mestrado desenvolvida pelo pesquisador, entre 2019 e 2021, em que foi analisado o processo de disseminação do Programa de Microcrédito Juro Zero. Naquela ocasião, foram realizadas 13 entrevistas exploratórias com atores governamentais e não governamentais que fizeram parte da formulação do Programa, incluindo três entrevistas feitas com gerentes de instituições de microfinanças de Santa Catarina. Dado que o enfoque da dissertação era o processo de

disseminação e não, especificamente, as instituições de microfinanças, alguns aspectos apresentados nas entrevistas acabaram não sendo analisados ou aprofundados, como é caso das diferentes práticas adotadas para garantir a sua sustentabilidade financeira. Algumas práticas, como atendimento remoto, assinatura de contratos digitais, utilização de unidades móveis e a formação de grupos solidários, foram citadas pelos entrevistados, porém não foram elementos trabalhados na pesquisa.

Dessa forma, busca-se complementar pesquisas anteriormente realizadas no Programa de Pós-Graduação em Administração da UDESC, que estudaram a inovação em diferentes organizações públicas e privadas, mas ainda não abordaram esse fenômeno nas instituições de microfinanças. Cabe ressaltar que políticas de microcrédito catarinenses vêm sendo estudadas por outros acadêmicos do programa, porém com um foco avaliativo, a partir da percepção dos beneficiários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

O presente capítulo apresenta, de forma estruturada, as principais discussões existentes na literatura acerca das temáticas estudadas.

2.1 INOVAÇÃO: ORIGENS E CONCEITOS BÁSICOS

Ao analisar a literatura que trata da temática da inovação, é possível perceber uma grande variedade de definições para o termo, sendo necessário um maior aprofundamento na questão. Essa falta de unicidade na sua conceituação, pode dificultar a compreensão sobre os requisitos e os limites para que algo seja considerado, de fato, inovador.

Um dos primeiros autores a estudar o campo da inovação foi Schumpeter (1982), que ao analisar o fenômeno do desenvolvimento econômico, identificou o empreendedor como o sujeito responsável pelas inovações, ou seja, pela realização de novas combinações na economia, que de acordo com o autor, se classificam em cinco casos: i) introdução de um novo produto ou serviço no mercado; ii) introdução de um novo método ou processo de produção; iii) abertura de um novo mercado; iv) conquista de uma nova fonte de matéria-prima; e v) introdução de uma nova organização. Em todos os casos, para que se caracterize como uma inovação, é preciso que ninguém nunca tenha lançado algo igual ou similar, nem experimentado, conhecido ou existido.

Desde que Schumpeter (1982) definiu a inovação como algo inédito, inúmeras definições surgiram na literatura, como a de Rogers (1962), que considera a inovação como o melhor produto, tecnologia, ideia ou prática existente, e a de Tidd et al. (2008), que divide a inovação em duas dimensões, incremental e radical, de acordo com o grau de novidade envolvido.

Visando consolidar o conceito, e assim, permitir o desenvolvimento de indicadores comparativos de inovação, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), composta por mais de 30 países, elaborou em 1992 o chamado “Manual de Oslo”. De forma similar ao conceito apresentado por Schumpeter (1982), o manual define a inovação como a implementação de um produto, processo, método de marketing ou organizacional de forma nova ou significativamente melhorada (OCDE, 2005). Assim, o Manual de Oslo classifica a inovação em quatro tipos: de produto, de processo, de marketing e organizacional (OCDE, 2005).

Na inovação de produto, há a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado em relação às suas características ou usos previstos. Para inovar

no processo, seria necessário implementar um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Já a inovação de marketing, requer “a implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços” (OCDE, 2005, p.59). Por fim, a inovação organizacional pressupõe “a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas” (OCDE 2005, p.61).

Conforme observado inicialmente, essas definições não esgotam a discussão conceitual sobre inovação, de forma que se espera, durante a realização da pesquisa, adentrar em outras teorias e classificações.

2.2 AS MICROFINANÇAS E O MICROCRÉDITO

A literatura que trata sobre os conceitos de microfinanças e microcrédito frequentemente apresenta os dois termos de forma indistinta, o que Monzoni Neto (2006) afirma que pode ocorrer por um desconhecimento do tema, ou pelo fato de existirem instituições de microfinanças cujo único serviço é o crédito. Assim, cabe a este trabalho a realização de uma diferenciação conceitual (BARONE; SADER, 2008), pois apesar de possuir uma relação muito próxima, o conceito de microfinanças incorpora e amplia o de microcrédito (NERI, 2008).

De acordo com Dos Santos et al. (2015), as microfinanças podem ser definidas como serviços financeiros, a exemplo de empréstimos, seguros e poupanças, ofertados para micro e pequenas empresas urbanas. Já para Barone et al. (2002), o público-alvo das microfinanças são as pessoas de baixa renda, que tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, precisam de produtos adequados as suas necessidades, a serem disponibilizados com o uso de processos e gestão diferenciados (ALVES; SOARES 2006).

Dentre os serviços financeiros prestados pelas instituições de microfinanças, destaca-se o microcrédito, que segundo Barone et al. (2002), caracteriza-se pela concessão de pequenos montantes para micro e pequenos empreendedores, sendo, portanto, um crédito com finalidade produtiva. No mesmo sentido, Soares e Melo Sobrinho (2008) afirmam que os clientes do microcrédito são pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, que por frequentemente não possuem documentação formal, costumam ser considerados pelas instituições financeiras tradicionais, como clientes de alto risco. Visando sintetizar os achados da literatura, o Quadro 1 apresenta as principais diferenças entre o microcrédito e o crédito convencional.

Quadro 1 - Diferenciação entre crédito convencional e microcrédito

Características	Crédito Convencional	Microcrédito
Estrutura e forma de gerência	Visam a maximização dos lucros, com filiais em cidades grandes	Atuam principalmente sem fins lucrativos, em áreas descentralizadas e com pouca estrutura
Características do tomador	Diversos tipos de empresas formais e empregados assalariados	Empreendedores de baixa renda com limitada documentação formal
Características do produto	Empréstimos de grandes valores, com longo prazo para quitação	Empréstimos de pequeno valor, que devem ser quitados no curto prazo
Metodologia de empréstimo	Exigência de garantias reais e documentação formal	Análise do perfil do cliente e do fluxo de caixa com ida ao local

Fonte: Adaptado de Rock e Otero (1997).

Assim, para diminuir o risco de inadimplência, as instituições de microfinanças optam pela concessão de pequenos empréstimos, com prazos de vencimento mais curtos, juros variáveis, mecanismos alternativos de garantias e a utilização de metodologias específicas para a análise da capacidade de pagamento dos seus clientes (BARONE; SADER, 2008).

2.2.1 Um breve histórico das microfinanças

As microfinanças não são um fenômeno recente. De acordo com Reymão (2010), a concessão de crédito a população de baixa renda é datada do século XIX, com o surgimento da primeira cooperativa de crédito, a Associação do Pão, desenvolvida na Alemanha. Esse modelo deu origem a diversas iniciativas similares, porém, foi apenas partir do início da década de 70, que o setor de microfinanças passou a ser sistematizado como é conhecido atualmente. Duas organizações foram importantes para esse processo: a *Acción Internacional*, na América Latina, e o *Grameen Bank* em Bangladesh, sendo que ambas se distinguem das organizações anteriores, pela metodologia aplicada, desenvolvendo novos modelos operacionais.

Em 1974, ao visitar a Aldeia de Jobra, em Bangladesh, o professor e economista Muhammad Yunus deparou-se com arranjos informais de emprego, e percebeu que os agiotas, ao oferecerem ajuda financeira para a compra de matéria-prima, consumiam, em forma de juros abusivos, praticamente todo o lucro dos empreendedores locais (YUNUS, 2000). Tendo isso em vista, Yunus iniciou, com o seu próprio dinheiro, a distribuição de pequenas quantias de crédito, dispensando a exigência de garantias reais.

Nascia assim o *Grameen Bank*, a experiência de microcrédito mais famosa do mundo, que segundo Mohan e Potnis (2010), foi responsável pelo desenvolvimento de uma das principais inovações do setor de microfinanças: a formação de grupos solidários. Nesse arranjo,

o crédito não é concedido de forma individual, mas sim para grupos de pessoas, objetivando, a partir da uma responsabilidade compartilhada, desenvolver um compromisso maior, dispensando a apresentação de garantias reais (MONZONI NETO, 2006). Outra inovação implementada pelo *Grameen*, é a utilização de agentes de crédito, profissionais capacitados para acompanharem e oferecerem orientações aos tomadores de crédito (NERI, 2008). Assim, de acordo com Banerjee (2013), existe uma relação de proximidade do banco com a realidade dos seus clientes, sendo realizadas semanalmente as cobranças de pagamento.

Já a ONG *Acción Internacional*, que inicialmente atuava apenas em favelas da Venezuela, tornou-se líder no setor de microfinanças a partir dos anos 70, quando expandiu a sua atuação para outros países sul-americanos, desenvolvendo ações de apoio técnico e financeiro a pequenos negócios locais. Atuando na concessão de microcrédito orientado e de outros serviços financeiros para população pobre, a *Áccion* busca reduzir a pobreza em mais de 20 países da América Latina, Caribe, Ásia e África (WOCHLER, 2009).

Apesar dos continentes asiático e sul-americano se destacarem pelo desenvolvimento de diversas experiências de microcrédito, cabe ressaltar que esse arranjo econômico se espalhou mundialmente, como reflexo de problemas compartilhados por uma globalização excludente (SANTOS; CARRION, 2009). Na Indonésia, por exemplo, registra-se a criação do Banco *Rakyat*, que trouxe inovações importantes para o setor microfinanceiro, como a utilização de um “modelo simples *low-tech* de gerenciamento de um sistema de informação sem computadores” (NERI, 2008, p. 27). Práticas inovadoras também podem ser vistas no Brasil, contexto do presente estudo, que cabe aqui aprofundar.

2.2.2 As microfinanças no Brasil

No Brasil, a primeira iniciativa de microfinanças, conhecida como Projeto União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), foi criada em 1973. Adotando uma metodologia que ia além da simples concessão do crédito, o Projeto UNO fornecia capacitações aos seus clientes, micro e pequenos empreendedores informais, acompanhando-os por meio de agentes de crédito, antes, durante e após os empréstimos (MONZONI NETO, 2006).

Já em 1984, é fundado no Rio de Janeiro o Banco da Mulher, que filiado à rede internacional *Women's World Banking*, foi a primeira iniciativa a ser replicada em diversos estados brasileiros, por meio de afiliadas. Essas instituições, que priorizavam as mulheres de baixa renda, forneciam empréstimos de pequenos valores, com uma baixa taxa de juros, e um monitoramento feito pelos agentes de crédito (DALTRO, 2010).

Apesar de apresentar algumas iniciativas inovadoras, o setor de microfinanças brasileiro, até o início dos anos 90, ainda era pouco expressivo, situação que Barone et al. (2002) atribuem as altas taxas inflacionárias e a falta de um marco legal. Com o Plano Real e a Reforma Econômica, tem-se então um cenário mais favorável para as práticas, que inicialmente desenvolvidas por ONGs, começam a ser vislumbradas pelo setor público, que passa a formular as primeiras normativas do setor.

É nesse cenário que é fundada a ICC Portosol, que em 1995 configura-se como uma das primeiras iniciativas públicas de microcrédito, recebendo apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do Governo do estado do Rio Grande do Sul, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de alguns organismos internacionais. É inegável a influência do modelo da Portosol, para o surgimento de diversas outras iniciativas governamentais. O interesse dos órgãos públicos, somando ao apoio das Agências de Desenvolvimento, resultou na criação de diversas instituições locais, como é o caso dos chamados Bancos do Povo e do Programa São Paulo Confia.

No que diz respeito as normativas, registra-se a importância Lei nº 9.790/99, que trata dos requisitos necessários para que as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, se qualifiquem como Oscips, além de instituir o Termo de Parceria entre o Poder Público e tais organizações. Essa regulação das relações entre o Estado e a Sociedade Civil (FERRAREZI; REZENDE, 2000), permitiu que diversas ONGs que trabalhavam no setor microfinanceiro, pudessem atuar sob a nova forma jurídica. Outra normativa relevante para o setor é a Lei nº 10.194/2001, que criou figura jurídica da Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM). Essas organizações possuem o lucro como objetivo, e além da concessão de crédito, atuam na prestação de garantias às microempresas e empresas de pequeno porte.

No estado de Santa Catarina, destaca-se que em 1999, quando teve início o processo de fundação de 16 Oscips de microfinanças catarinenses, havia poucas instituições que realizavam esse tipo de operação. Com destaque no cenário nacional, por serem organizações pioneiras no ramo das microfinanças, a Instituição Comunitária de Crédito Blumenau Solidariedade (ICC-BluSol), e o Banco da Família, foram iniciativas desenvolvidas sem nenhuma ligação com o governo estadual. A primeira contava com recursos da Prefeitura Municipal de Blumenau, enquanto a segunda, era uma iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL), com aportes de capital privado e de doações. Atualmente, além de comporem a Associação da Instituições de Microcrédito e Microfinanças da Região Sul do Brasil (Amcred-Sul), as Oscips catarinenses são maioria na Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (Abcred), rede que funciona para o compartilhamento de boas práticas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos que orientarão a construção do presente trabalho. Inicialmente será feita uma caracterização da pesquisa, discutindo a postura epistemológica, a ontologia e o paradigma adotado. Em seguida, serão apresentadas as técnicas de coleta de dados que serão utilizadas para a sua operacionalização, bem como os procedimentos necessários para a análise dos dados levantados. Por fim, a partir dos procedimentos descritos, serão pontuadas possibilidades e limitações da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA

De acordo com Lopes e Barbosa (2008), fenômenos socialmente complexos, como é o caso da inovação, não são passíveis de explicação completa a partir de teorias deterministas, sendo necessária a superação das simplificações do método quantitativo. Dessa forma, a presente pesquisa irá adotar uma abordagem qualitativa, sendo conduzida à luz da ontologia intersubjetiva, da epistemologia construtivista e do paradigma interpretativista.

Segundo Denzin e Lincoln (2005), a abordagem qualitativa envolve o emprego de um conjunto de práticas materiais e interpretativas do mundo, buscando compreender os fenômenos em seus cenários naturais. Para Creswell (2007), ao captar as percepções e experiências dos participantes, o pesquisador qualitativo consegue desenvolver um panorama holístico dos fenômenos sociais estudados. Assim, dado o objetivo geral da pesquisa, a abordagem qualitativa se demonstrou a mais adequada por preocupar-se primariamente com os processos, enfatizando a forma como a experiência social é criada e adquire significado (DENZIN; LINCOLN, 2005).

A forma como percebemos o mundo é refletida na ontologia adotada. De acordo com Saccol (2009), a realidade intersubjetiva considera a interação sujeito-objeto, e é produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas. Em relação ao paradigma interpretativista, esse se preocupa com a compreensão da experiência subjetiva dos sujeitos, buscando entender um fenômeno social sob a ótica dos participantes, no ambiente natural, onde este ocorre (BURREL; MORGAN, 1979).

Por descrever o fenômeno no seu contexto real, a pesquisa, além de qualitativa, classifica-se como descritiva, apresentando em detalhe as características e propriedades do fenômeno investigado (TRIVIÑOS, 1987). Ela também possui um caráter exploratório, pois ao ser desenvolvida em uma “área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 1998, p. 45), busca propiciar ao leitor uma familiaridade com o fenômeno.

Quanto ao método, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo multicase, que segundo Yin (2001), envolve a escolha de casos específicos, com particularidades inerentes às realidades em que estão inseridos. Dada a impossibilidade de se estudar todas as instituições de microfinanças de Santa Catarina, optou-se por analisar, em profundidade, as inovações adotadas por quatro Oscips do setor: Banco da Família, Banco do Empreendedor, BluSol e Credioeste. A escolha por essas instituições, em específico, ocorreu pelo fato delas apresentarem melhores desempenhos financeiros e participação nos programas e políticas públicas implementadas na região sul do país (AMCRED, 2022).

3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Os estudos multicase costumam se utilizar de uma combinação de técnicas de coleta (YIN, 2001), e para o desenvolvimento da presente pesquisa, serão coletadas informações por meio de pesquisa bibliográfica, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas.

Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica, em artigos e teses, acerca da literatura que trata dos conceitos de microcrédito e inovação. De acordo com Gray (2012), além de proporcionar um primeiro contato com a base teórica, o processo de descrição do estado da arte de um tema, auxilia o pesquisador na identificação das lacunas que merecem investigação.

Partindo do pressuposto de que os documentos “podem nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos” (MAY, 2004, p. 205), será realizada uma pesquisa documental a partir de leis, decretos, relatórios e outros documentos públicos. Yin (2001) afirma que o contato com o conteúdo dos documentos, auxilia o pesquisador na realização das entrevistas, evitando pausas ocasionadas por falta de conhecimento.

Para a coleta dos dados primários, serão realizadas entrevistas exploratórias semiestruturadas, cujo objetivo é a obtenção de informações que não podem ser observadas ou não foram observadas por outras pessoas (STAKE, 2011). A escolha da entrevista enquanto técnica de coleta, se dá em consequência do seu caráter de investigação social, que permite capturar certas peculiaridades dos sujeitos de pesquisa que não são encontradas em fontes documentais, tais como concepções, sentimentos e opiniões.

Já a utilização do modelo semiestruturado, deve-se a flexibilidade que este apresenta, sendo apenas pontuados temas e tópicos interrogativos, mas deixando os sujeitos de pesquisa livres para seguirem a sua linha de pensamento (TRIVIÑOS, 1987). De acordo com Gray (2012), cabe ao pesquisador manter o diálogo, tendo em vista que a lista de perguntas pode

sofrer alterações, conforme ocorra o surgimento de novas questões pertinentes ao fenômeno. Nesse modelo de entrevista, o entrevistador pode repetir e reformular de maneiras diferentes a mesma pergunta, até que garanta a compreensão total sobre o assunto estudado.

Com base nas informações coletadas na análise documental, serão selecionados para as entrevistas, os atores-chaves envolvidos nas práticas e experiências inovadoras das Oscips estudadas. Assim, a seleção dos sujeitos de pesquisa será feita de forma intencional, não aleatória e de acordo os critérios acessibilidade e viabilidade.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, os instrumentos de coleta de dados, assim como todas as características da pesquisa realizada, serão cadastrados na Plataforma Brasil, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), visando atender assim, a submissão necessária ao Comitê de Ética da UDESC. Além disso, todos os sujeitos entrevistados nesta pesquisa, deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), traz uma breve explicação da pesquisa e informa os direitos dos participantes.

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Os documentos e as entrevistas serão analisados no que diz respeito ao conteúdo, utilizando-se para isso, a técnica de categorização proposta por Bardin (2011). A autora afirma que a operacionalização dessa técnica é composta por três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise, considerada a primeira fase da análise de conteúdo, deve ocorrer a seleção e organização dos materiais que serão analisados, iniciando-se com uma leitura flutuante das entrevistas transcritas.

Após o primeiro contato com as evidências do fenômeno, na segunda etapa, denominada de exploração do material, serão codificadas e categorizadas as informações extraídas das transcrições e dos documentos selecionados. No processo de categorização será realizada uma classificação dos elementos em determinados conjuntos, inicialmente feita por diferenciação e, em seguida, por seu reagrupamento conforme o gênero categorial (BARDIN, 2011). Assim, para que a categorização se desenvolva, é preciso que haja a delimitação de categorias, que segundo Bardin (2011), podem ser entendidas como classes com títulos genéricos, que reúnem elementos em razão das características comuns.

Por se tratar de um estudo interpretativista, em que o pesquisador não deve impor a sua compreensão prévia sobre a temática estudada, e deve construir as suas análises a partir da imersão junto ao fenômeno (SACCOL, 2009), a definição das categorias de análise será realizada mediante grade aberta. Dessa forma, apesar de serem definidas determinadas

categorias, advindas da literatura, também será mantida aberta a possibilidade de se inserirem novas categorias, caso sejam identificadas no decorrer da análise (SACCOL, 2009).

Por fim, será utilizado o procedimento de triangulação, que segundo Zappellini e Feurschütte (2015, p. 246-247), consiste na combinação de “diferentes métodos de coleta e de análise de dados, diferentes populações/sujeitos (ou amostras/objetos), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, com o propósito de consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado”. De acordo com Yin (2001), o procedimento de triangular os dados, é relevante para dar validade e confiabilidade aos mesmos, permitindo assim, analisar o fenômeno em toda a sua complexidade.

O Quadro 2 resume os procedimentos metodológicos que serão utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quadro 2 - Síntese dos procedimentos metodológicos

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS				
Abordagem	Método	Propósitos	Técnicas de coleta	Técnicas de análise dos dados
Qualitativa	Estudo multicaseos	Exploratório e Descritivo	Revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas	Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Considerando o exposto anteriormente, em síntese, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com propósitos descritivo e exploratório, e será desenvolvida a partir do método de estudo multicaseos. A realização da pesquisa se dará a partir da revisão bibliográfica, da pesquisa documental e da entrevista como métodos de coleta de dados, sendo esses dados analisados a partir da técnica de análise de conteúdo.

3.4 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PREVISTAS

Conforme apontado por Creswell (2010), as etapas de um projeto de pesquisa qualitativa são passíveis de sofrerem alterações ou deslocamentos, principalmente após o pesquisador iniciar a fase de coleta de dados, onde muitos aspectos surgem. Entre eles, estão as possíveis barreiras de acesso à informação, que podem modificar os indivíduos a serem estudados. Além disso, em contato com o campo, o pesquisador pode se deparar com novas questões de pesquisa, ocorrendo alterações ou refinamentos das pré-estabelecidas (CRESWELL, 2010).

Nesse sentido, é possível já perceber algumas limitações advindas das escolhas metodológicas adotadas pelo trabalho, como é o caso da realização de um estudo multicase. Dada a inviabilidade de se analisar, em profundidade, todas as instituições de microfinanças de Santa Catarina, optou-se por uma amostra de conveniência, selecionando cinco casos a partir de critérios previamente definidos. Assim, o simples fato de se tratar de um estudo multicase pode ser considerado um aspecto limitador da pesquisa, pois ao selecionar casos para a análise, capta-se realidades específicas, o que limita as generalizações e representações a partir dos resultados obtidos.

Em relação aos aspectos facilitadores, destaca-se o contato que o pesquisador teve, durante o desenvolvimento da sua dissertação, com a literatura que trata das microfinanças, bem como com alguns atores que compõem esse setor em Santa Catarina. Assim, apesar de não atuar profissionalmente na área das microfinanças, o pesquisador possui uma aproximação com o campo estudado, participando de eventos, grupos e acompanhando algumas das organizações nas redes sociais. Dessa forma, além de buscar contribuir enquanto referencial teórico para futuras pesquisas, este trabalho também visa trazer contribuições práticas, propiciando reflexões e aprendizagens para o setor de microfinanças.

4 CRONOGRAMA

A presente pesquisa será desenvolvida conforme as etapas apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Cronograma da pesquisa

ATIVIDADES	2022					2023										2024										2025										2026									
	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	J	F	M	A	M	J	J	A
Revisar a literatura																																													
Cursar os créditos necessários																																													
Elaborar a redação da qualificação																																													
Qualificar o projeto de tese																																													
Revisar o projeto apresentado																																													
Submeter ao comitê de ética																																													
Coletar os dados																																													
Organizar os dados coletados																																													
Analisar e interpretar os dados																																													
Finalizar a redação para a defesa																																													
Defender a tese																																													

Fonte: Elaboração própria.

REFERÊNCIAS

- ABCRED - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES OPERADORAS DE MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS. **Resultados das Oscips em 2021**. [s. l.], 25 mar. 2022. Disponível em: <https://abcred.org.br/2022/03/25/resultados-das-oscips-em-2021/>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- ALMEIDA, W. L. M.; SANTANA, J. R. O Microcrédito como Estratégia de Redução da Pobreza no Nordeste: uma avaliação a partir do programa Crediamigo. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 1, p. 25-48, jan./mar. 2011.
- ALVES, S. D. da S.; SOARES, M. M. **Microfinanças – democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. 3. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006.
- AMCRED - ASSOCIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO E MICROFINANÇAS DA REGIÃO SUL DO BRASIL. **Dados das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina entre 01/01/2021 e 31/12/202**. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.amcredsc.org.br/relatorios-estatisticas>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BANERJEE, A. V. Microcredit under the microscope: what have we learned in the past two decades, and what do we need to know? **Annual Review of Economics**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 487-519, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARONE, F. M. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social**: o microcrédito no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.
- BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. Introdução ao microcrédito. **Conselho da Comunidade Solidária**, Brasília, 2002.
- BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, nov./dez. 2008.
- BARONE, F. M.; ZOUAIN, D. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 369-380, mar./abr. 2007.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DALTRO, H. S. **Sustentabilidade do microcrédito**: uma análise da experiência do BANESE. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de

Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

DARY, S. K.; ISSAHAKU, H. Exploring Innovations in Microfinance Institutions in Northern Ghana. **Business and Economic Research**, v. 3, n. 1, p. 442-460, jun. 2013.

DASH, A. Social innovations and institutional challenges in microfinance. In: Franz, HW., Hochgerner, J., Howaldt, J. **Challenge Social Innovation**. Springer, Berlin, Heidelberg, 2012. p. 197–213.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1-32.

DOS SANTOS, J. O.; GODOI, A. F.; BERTONCELO, V. R.; SINCERRE, B. P. Ensaio sobre o microcrédito e as metodologias de análise de crédito: Aspectos relacionados à sua origem, desenvolvimento e o modelo de escoragem comportamental – *behavioural scoring*. **Revista de Administração de Roraima**, Boa Vista, v. 5, n. 1, p. 134-155, jan/ jun. 2015

FERRAREZI, E.; REZENDE, V. **Oscip — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**: a Lei 9.790/99 como alternativa para o Terceiro Setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, A. F. Organizações de microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, p. 39-54, jan./mar. 2013.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

KONO, H.; TAKAHASHI, K. Microfinance revolution: its effects innovations, and challenges. **The Developing Economies** v. 48, n. 1, p. 15-73, mai. 2010.

LOPES, D. P. T.; BARBOSA, A. C. Q. Inovação: conceitos, metodologias e aplicabilidade. Articulando um construto à formulação de políticas públicas – uma reflexão sobre a Lei de Inovação de Minas Gerais. In: **SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA**, n.13, 2008, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008.

MAY, T. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: ArTmed, 2004.

MIA, M. A. Technological Change and Innovations in Microfinance Institutions: What Matters? **Global Business Review**, jul. 2020.

MOHAN, L.; POTNIS, D. Catalytic Innovation in Microfinance for Inclusive Growth: Insights from SKS Microfinance. **Journal of Asia-Pacific Business**, v. 11, n. 3, p. 218-239, ago. 2010.

MONZONI NETO, M. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

MERSLAND, Roy; STRØM, R. Øystein. The past and future of innovations in microfinance. **The Oxford handbook of entrepreneurial finance**, 2012.

NERI, M. C. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grammen brasileiro**: Perfil e performance dos clientes do CREDIAMIGO. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2008.

REYMÃO, A. E. N. **O capital social dos pobres garante seu acesso ao crédito?** Um estudo comparado de experiências de microcrédito no Brasil e no Chile. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

ROCK, R.; OTERO, M. **From margin to mainstream**: The regulations and supervision of microfinance. Somerville: Action International, 1997.

ROGERS, E. **The diffusion of innovation**. New York: Free Press, 1962.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANTOS, A. F. C.; SANTOS, T. L. O Microcrédito Como Ferramenta de Desenvolvimento Socioeconômico. **Pensamento & Realidade**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 31-40, 2017.

SANTOS, C. G.; CARRION, R. S. M. **Microcrédito e Pobreza**: Um Diálogo Possível? **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba, v. 13, p. 53-67, jun. 2009.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE. **Boletim Observatório MPE**. [s. l.], 14 mai. 2020. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/boletim-observatorio-mpedetalhe59,a7de8d63b1152710VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, J. M. G. **Microcrédito em Fortaleza**: um instrumento de redução da pobreza? Fortaleza: BNB, 2011.

STAKE, R. E. Qualitative case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 443-466.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TEIXEIRA, M. A.; SOARES, R. B.; BARRETO, F. A. Condicionantes Adicionais para a Saída da Situação de Pobreza: o caso dos clientes do Crediamigo. In: NERI, M. **Microcrédito**: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 231-244.

TIDD, J., BESSANT, J., PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WOCHLER, R. V. **O BancoSol, do microcrédito a banco comercial**: singularidades das microfinanças na Bolívia. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O Uso Da Triangulação Na Pesquisa Científica Brasileira em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 241-273, abr./jun. 2015.